

RESENHA DO LIVRO “POLÍTICA EDUCACIONAL”

DE: ENEIDA OTO SHIROMA, MARIA CÉLIA MARCONDES DE MORAES,
OLINDA EVANGELISTA.

4. ED. RIO DE JANEIRO: LAMPARINA, 2011.

GISELE PEDROSO DE ALMEIDA MESSORA¹

As autoras do presente livro, doutoras em educação, são pesquisadoras da área de políticas educacionais, e atuam na formação de professores e pesquisadores, atualmente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Eneida Oto Shiroma é vice-líder de um Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO). Maria Célia Marcondes de Moraes é pesquisadora junto ao programa da pós-graduação da referida universidade, já foi membro da Comissão de Acompanhamento dos Programas de Pós-graduação em Educação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Comitê Assessor da Área de Educação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Olinda Evangelista é aposentada pela universidade e realiza seu trabalho de maneira voluntária no Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade (PPGE-CED-UFSC).

Política Educacional, da Lamparina Editora, tem 126 páginas e está dividido em três capítulos, sendo o Capítulo I intitulado de “Reformas de ensino, modernização administrada”. O capítulo II, chamado “Os arautos da reforma”. E o capítulo III, com o nome “A reforma como política educacional dos anos 1990”. Parte desse livro resulta da pesquisa integrada “Educação continuada: formação de educadores para um mundo em mudança”, realizada com apoio do convênio entre a CAPES e o British Council (organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais, que promove a cooperação entre o Reino Unido e o Brasil, nas áreas de língua inglesa, artes, esportes e educação).

É entre as décadas de 1930 e 1990 que as autoras concentram os dados apresentados e discorrem sobre como as políticas educacionais implementadas no Brasil nesse período foram cuidadosamente articuladas e planejadas pelos governos. O termo “arautos” é designado aos intelectuais afinados com essas políticas, que deram sustentação às reformas propostas.

A obra retrata a história política da educação brasileira, destacando a leitura de importantes documentos nacionais e internacionais de órgãos multilaterais como Banco Mundial (BM), Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO), Oficina Regional

1 Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (2008) e Letras pela UNIFIEO (2005). Já atuou como docente na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Trabalhou na Gestão Escolar, como Coordenadora Pedagógica e Diretora de Escola, além de atuar como Tutora (orientadora de estudos) na Formação Continuada de Professores em Programas desenvolvidos pelo MEC e Secretaria de Educação Básica (SEB), como Pró Letramento e PNAIC, ambos na área de Alfabetização e Linguagem.

de Educación de la UNESCO para América Latina y el Caribe (OREALC), além de dados estatísticos sobre índices de analfabetismo, estrutura física das escolas e nível de formação dos professores da educação básica (dados estes acompanhados de uma crítica pelo ritmo desenfreado da busca pelo diploma em instituições privadas de ensino superior, que veem a educação como um negócio extremamente lucrativo, segundo as autoras).

O livro começa explorando as questões educativas que ganharam mais destaque nos debates políticos a partir da década de 30, chamando-as de *Primeiro ato*, quando se propagou a ideia de que a educação seria capaz de solucionar problemas de ordem social, econômica e política do país, e vai discorrendo sobre como as políticas públicas educacionais foram sendo elaboradas e implementadas pelos respectivos governos.

Em seguida, discorre sobre os fatos mais importantes ocorridos na época que pretende retratar, sob a ótica das políticas públicas voltadas à educação, sempre de maneira clara, objetiva e crítica, destacando os seguintes acontecimentos: A elaboração da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em julho de 1934, quando Getúlio Vargas realiza diversas declarações a respeito da educação, enfatizando sua importância na formação política do povo. Depois, em 1937, com a implantação do Estado Novo, a educação tem seu papel definido no projeto de nacionalidade idealizado pelo Estado, com menos destaque do que na Constituição anterior, mas com uma função clara de equilibrar a questão social e evitar manifestações ideológicas.

O *Segundo Ato*, segundo as autoras, compreende as reformas dos anos 1940, quando, em 1942, inicia-se uma reforma, com a implementação das chamadas Leis Orgânicas do Ensino, complementadas em 1945, prevendo a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), além de organizar os ensinos primário, secundário e normal, ensino comercial e ensino agrícola. Inicialmente chamado de Serviço Nacional dos Industriários e, posteriormente, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), esse sistema de ensino paralelo ao oficial foi criado a fim de fortalecer o ensino industrial, como estratégia de atendimento à demanda econômica da classe trabalhadora comprometida com a produção fabril.

Destaque para uma constatação de que as Leis Orgânicas permitiram a persistência de um dualismo que infelizmente ainda não conseguimos resolver até hoje aqui no Brasil: aos pobres é destinado um ensino primário e profissionalizante, de maneira precária e acelerada, para o mercado de trabalho que necessita de mão de obra barata; aos ricos é oferecida a educação secundária e o ensino superior, permitindo-lhes uma melhor preparação para alçar cargos que necessitam de profissionais mais qualificados.

Findados os anos ditatoriais do Estado Novo, foi promulgada a Nova Constituição, com a promessa de liberdade e direito à educação para todos, em todos os níveis, conforme pregava a Carta de 1946. Em 1948 uma comissão de especialistas elaborou e enviou ao Congresso Nacional uma proposta sobre os novos rumos da educação brasileira. Os debates duraram até 1961 e terminaram na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024, de 20 de dezembro daquele ano.

Assim começa o *Terceiro Ato*, com as Reformas dos anos 1960 e 1970. Em janeiro de 1964, João Goulart propôs o Plano Nacional de Alfabetização (PNE), inspirado no método Freiriano, a fim de alfabetizar 5 milhões de brasileiros até 1965, visando aumentar o número de eleitores, uma vez que o voto não era facultativo aos analfabetos. Entretanto, com o golpe militar em abril de 1964, uma das primeiras ações do governo foi extinguir o PNE.

As reformas que vieram a partir do golpe tinham claramente o objetivo de formar capital humano para o mercado de trabalho, estimular hábitos de consumo, total controle sobre a produção intelectual, cultural e artística, além de integrar a educação aos planos de desenvolvimento e segurança nacionais. O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), planejado por economistas, estampa exatamente essa visão de que a educação deve acelerar o processo de desenvolvimento econômico do país, formando cidadãos aptos a produzir lucros individuais e sociais. Em 1967 foi promulgada a Constituição, que não previa percentuais mínimos a serem destinados à educação.

Na década de 70, a crise econômica foi instaurada e o regime militar, pressionado. A educação foi incluída nas políticas sociais e surge o Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE), com programas e ações voltados à população mais carente. A educação perde, então, seu papel de formar o cidadão para o mercado de trabalho, e passa a ser encarada como a chave para a diminuição das desigualdades sociais.

Em 1979, com a anistia decretada, muitos intelectuais retornaram ao Brasil e reforçaram movimentos oposicionistas, preocupados com os rumos sociais, políticos e educacionais do país. A partir de 1982, com a eleição direta e governadores, foi organizado o Fórum de Secretários Estaduais de Educação, objetivando uma educação pública de qualidade, estudando a questão da diversidade regional do Brasil e buscando fortalecer a participação dos estados nas novas propostas de políticas educacionais. Era preciso mudar o cenário em que se encontrava a educação nacional.

Findado oficialmente em 1985, o regime militar deu lugar à "Nova República". No campo da educação, pouca coisa mudou, principalmente no que diz respeito ao seu financiamento. Foi criada a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e iniciou a campanha para a municipalização do ensino de 1º grau.

Esse novo cenário recebe das autoras o nome de Berço do consenso, *Quarto Ato*. Mesmo com o fim da ditadura, os militares ainda detinham o poder e, aos poucos, políticos que os apoiavam, estavam voltando aos cargos de liderança. Novos partidos de oposição começaram a se organizar e criaram associações científicas e sindicais da área da educação, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Esses educadores reivindicavam a criação de um sistema nacional de educação orgânico, lutavam por uma educação pública e gratuita como direito de todos e dever do Estado.

Em 1987 começam as discussões em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Aprovado apenas em 1996, o projeto da LDBEN acabou não atendendo às

expectativas da comunidade acadêmica. Após muitas manobras políticas, o texto aprovado na verdade era um substitutivo do original.

Nos anos 90, os governantes tentam sair da crise econômica que foi instaurada nos anos 80, no Brasil e em outras partes do planeta. As mudanças propostas por Collor inseriram o Brasil na economia mundial, mas apresentaram aos brasileiros uma dura realidade. Embora especialistas indicassem que o progresso tecnológico não chegaria tão facilmente ao Brasil, devido ao fato de ocuparmos posição não privilegiada na divisão internacional do trabalho, ainda assim o governo optou por abrir nosso mercado para produtos importados, quando a indústria nacional estava começando a reestruturar seu processo de produção. Por razões óbvias, em pouco tempo, foi possível observar que os produtos nacionais não conseguiam competir com os importados.

Nos anos seguintes é possível constatar que a qualificação profissional dos trabalhadores ganha papel de destaque no cenário mundial da educação e passa-se a acreditar que o cidadão do século XXI precisava dominar os códigos da modernidade. Nesse contexto, a educação passa a ser a peça chave que vai resolver essa questão da competitividade.

É a partir dessa realidade econômica, política e social que várias organizações, entidades e agências multilaterais passam a se interessar pela educação e começam a realizar estudos e levantamento de dados, que dão origem a documentos, propostas e orientações de como países da América Latina e Caribe devem pensar e definir suas políticas públicas voltadas à educação de seus países.

No Brasil, essas soluções começaram a ser implantadas no governo de Itamar Franco, quando foi elaborado o chamado "Plano Decenal"¹. No governo de Fernando Henrique Cardoso, esse ideário foi concretizado.

As autoras discorrem sobre as metas e estratégias desenhadas em Jomtien, retratando alguns problemas enfrentados na interpretação e execução destas soluções. Explanam também os lemas da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) nos anos 1990 - Cidadania, Competitividade e Equidade, as delineações da UNESCO sobre educação para o século XXI, resumem a V Reunião do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação na América Latina e Caribe, além das prioridades e estratégias para a educação definidas por um banco (o Banco Mundial).

Finalmente, a obra encerra com informações sobre como uma política nacional de educação é muito mais do que legislações propostas muitas vezes por pessoas que pouco estão familiarizadas com o ambiente educacional, além de ser extremamente afetada por questões financeiras. O Brasil enfrenta ainda a questão de ser um país com dimensões continentais, com 27 sistemas estaduais de ensino e 5.600 sistemas municipais, o que dificulta a ideia de política nacional.

A presente obra destaca a importância de se definir prioridades, como a garantia ao acesso e permanência na escola, além de intervenções de natureza avaliativa, como o Censo Escolar, Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

e do Exame Nacional de Cursos (Provão), na tentativa de abranger o ensino fundamental, médio e superior, além de programas que garantam a distribuição de recursos diretamente ao estabelecimento de ensino. Outro ponto destacado é a necessidade de se pensar políticas voltadas à formação do gestor educacional, educação de jovens e adultos, educação indígena.

O último capítulo transcorre ainda sobre a reforma da educação básica, com seus muitos problemas a serem estudados e resolvidos pelo Ministério da Educação (MEC); do Ensino Superior, que passa por um delicado período em que a qualidade de seu ensino está colocada à prova, além do crescente embate entre universidade pública X universidade privada; além do delicado caso da formação dos professores.

Em seguida, são apresentadas tabelas com a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais por gênero, taxa de escolarização, taxa de reprovação, nível de proficiência dos alunos, grau de formação docente e, por último, uma com os grandes temas da reforma educativa na América Latina, com problemas e soluções propostas, sempre com uma análise crítica do que é mostrado.

Ao final, a obra ainda traz um apêndice, com um recorte até o ano 2000, de leis / decretos / medidas provisórias / pareceres, no que tangem à educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, técnico, educação profissional, ensino superior, educação especial e formação de professor. As autoras destacam que mencionam apenas os mais relevantes, e classificam como "inusitada" a capacidade que a reforma educacional em curso tem de produzir documentos. O livro é encerrado com dois anexos, o DECRETO 3.276, de 6 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências; e o DECRETO 3.554, de 7 de agosto de 2000, com uma nova redação ao §2º do artigo 3º do decreto 3.276. E, finalmente, uma bibliografia comentada pelas autoras.

Leitura muito importante para estudiosos das áreas de políticas públicas em educação e de formação de professores, esse livro faz uma síntese objetiva de como se deu o processo histórico da elaboração da política educacional no Brasil, com dados e leituras de documentos indispensáveis ao pesquisador dessas áreas. Infelizmente, fica claro que a educação pública de qualidade não era prioridade no período histórico retratado na obra; além de ser possível questionar a ação de alguns órgãos multilaterais que norteiam a educação nacional e os países da América Latina e Caribe até os dias atuais.

NOTA DE FIM

Documento elaborado em 1993 pelo Ministério da Educação (MEC) destinado a cumprir, no período de uma década (1993 a 2003), as resoluções da Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, pela Unesco, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial, com a participação dos governos de 155 países, agências internacionais, Organizações Não Governamentais (ONG's), associações e personalidades ligadas ao campo da educação.

Recebimento-07/04/2017

Aprovação -20/04/2017